

XI CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

1ª PROVA ESCRITA

**DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL E PRINCÍPIOS
INSTITUCIONAIS DA MAGISTRATURA**

1 - Responda, justificadamente: é possível a aplicação combinada de leis penais como resposta à prática de um determinado fato delituoso?

2 - Augustus foi condenado a 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão por infração ao art. 297 do CP (falsificação de documento público). A pena-base foi fixada no mínimo legal, e ainda foram acrescentados oito meses em razão da reincidência. Responda, justificadamente: poderia, o juiz, estabelecer o regime inicial semi-aberto para Augustus?

3 - Em que consiste o princípio: *nulla necessitas sine injuria*, e qual a sua repercussão no Direito Penal?

4 - Responda, justificadamente: como deverá ser punido, o agente público, carcereiro, que recebe vantagem indevida em dinheiro, para que na semana seguinte ao crédito do valor em seu benefício, deixe fugir da prisão, como de fato vem a ocorrer, acusado que lá se encontrava legalmente preso?

5 - No Direito brasileiro, qual a relação necessária entre o crime antecedente e a condenação pela prática do crime de lavagem de dinheiro dos bens que naquele tiveram origem? Como essa relação deve ser demonstrada para fins de condenação?

6 - Caius, a pedido de Aurelius, que está com a mão engessada, enrola um cigarro de maconha, e ainda cede o papel empregado para tanto, para que apenas Aurelius possa usar a droga que trazia consigo. De outro lado Ticius, após receber pasta de cocaína – bruta – em seu galpão, efetua as misturas necessárias para disponibilizá-la ao uso. Quais os critérios distintivos das condutas de Caius e Ticius e o que elas constituem?

7 - Quais as características das questões prejudiciais à questão penal principal, e como elas se dividem?

8 - Quais as conseqüências básicas que derivam da reunião, no Estado, do poder-dever de punir e do poder-dever de tutela jurídica processual?

9 - Sobre a prisão temporária, responda: a) qual a diferença fundamental entre ela e a prisão preventiva? B) em que consiste o *periculum libertatis*, apto a autorizá-la? C) por que meio e de que forma, o sujeito preso por força de prisão temporária poderá conhecer as razões da custódia?

10 - Uma equipe local da Polícia Federal apreende mercadorias descaminhadas, na Rodovia Presidente Dutra, na altura da Cidade de Resende, ao determinar revista em ônibus procedente do Paraguai e com entrada no Brasil por Foz do Iguaçu. Feita a comunicação do flagrante, o Juízo Federal de Resende coloca os indivíduos em liberdade provisória mediante fiança. Após e a elaboração do laudo pericial das mercadorias, e em virtude de promoção do Ministério Público Federal, os autos são redistribuídos para uma das Varas Federais Criminais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, especializada no processo e julgamento dos crimes contra o sistema financeiro nacional, cidade esta onde residem os passageiros, proprietários das referidas mercadorias. Nela, o Juiz recebe a denúncia e determina a citação dos acusados. Pergunta-se: o procedimento está adequado aos pressupostos da instauração da relação processual? Justifique.

11 - Ainda em fase de inquérito aberto para apurar a eventual prática de crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro, com a utilização de interpostas pessoas ainda não identificadas, a autoridade policial federal representou pela busca e apreensão de documentos constitutivos e/ou representantes das operações da instituição financeira “Salão dos Sonhos”, no interior do escritório-sede desta empresa, cuja propriedade e direção já se apurara que estavam a cargo de Marcus e Julius. O magistrado deferiu a medida, fundamentadamente, de acordo com o que foi pedido pelo delegado, e com fulcro no disposto no art. 240, § 1º, “h”, c/c art. 243, II, 245, §§ 3º e 5º, à luz do art. 246, última parte, todos do CPP. Durante a execução do mandado, foi necessário arrombar dois cofres existentes no local, sendo que em um deles foram encontrados documentos pessoais de Temis, esposa de Julius, que alegou que lá os havia guardado por falta de espaço em sua residência. A autoridade policial apreendeu todos os documentos encontrados nos dois cofres, lavrando o respectivo auto. O advogado impetra *habeas corpus*, tendo como objeto a devolução de todos os documentos apreendidos. Comente a respeito da pertinência do *writ* na hipótese.

Observação: Disposições legais: Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal. § 1º. Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: “h”. colher qualquer elemento de convicção. Art. 243. O mandado de busca deverá: II mencionar o motivo e os fins da diligência; Art. 245, § 3º. Recalcitrando o morador, será permitido o emprego da força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura. Art. 245, § 5º. Se é determinada a pessoa ou coisa que se vai procurar, o morador será intimado a mostrá-la. Art. 246. Aplicar-se-á também o disposto no artigo anterior, quando se tiver de proceder a busca em compartimento habitado ou em aposento ocupado de habitação coletiva ou em compartimento não aberto a público, onde alguém exercer profissão ou atividade.

12 - Quais os diferentes aspectos em que se verifica o poder-dever exercitado pelos órgãos do judiciário, no que concerne à atividade jurisdicional monopolística?

DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

13 - A Carta Magna de 1988 tutela, sob que parâmetros, em favor da pessoa, os efeitos retrospectivos das normas jurídicas. Justifique.

14 - Aplicam-se os princípios da adstrição, e do *iura novit cúria*, no controle de constitucionalidade das regras jurídicas no âmbito da ação de descumprimento de preceito fundamental? Justifique.

15 - Adota-se no ordenamento pátrio, sob quais pressupostos, o instituto binding effect? Justifique.

16 - O Supremo Tribunal Federal, vem aplicando, em que medida, a interpretação científico-espiritual, em seus julgados? Justifique.

17 - Delineia-se, sob quais condições, o nexó etiológico no serviço público não privativo? Justifique.

18 - Conceitue as características do dano, para efeitos da responsabilidade civil do Estado, discriminando as diferenças entre ressarcimento, reparação e indenização.

19 - Mostra-se legítimo o contrato administrativo celebrado tacitamente? Justifique

20 - Em que termos, admite-se no ordenamento pátrio, a designada desestatização virtual? Justifique.

21 - As presunções, no âmbito tributário, se compadecem com o postulado da eticidade normativa? Justifique.

22 - Quais os fundamentos jurídicos-tributários, de caráter teleológico, que viabilizam a apropriação dos créditos do IPI? Justifique.

23 - A provisão para devedores duvidosos, pode ser legitimamente excluída da realização da renda da pessoa jurídica, para fins da respectiva incidência tributária? Justifique.

24 - No âmbito do processo administrativo-tributário, sob que pressupostos, aplica-se a denominada espiral hermenêutica? Justifique.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO AMBIENTAL, DIREITO ECONÔMICO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 25 - Qual a natureza jurídico-processual da competência?
- 26 - O que você entende por princípio da aquisição em matéria de prova?
- 27 - Qual o fundamento da intervenção de terceiro?
- 28 - Dê um exemplo de competência funcional horizontal com a correspondente justificativa.
- 29 - O que você entende por eficácia preclusiva da decisão de saneamento?
- 30 - Qual o significado da expressão *pro et contra* para a imutabilidade da coisa julgada?
- 31 - O mandado de segurança se enquadra nas hipóteses de tutela jurisdicional diferenciada?
- 32 - Quais espécies de licenças ambientais você conhece?
- 33 - O que você entende por princípio do compartilhamento da infra-estrutura no Direito da Regulação?
- 34 - Defina “Constituição econômica”?
- 35 - O trabalhador avulso é segurado obrigatório?
- 36 - Distinga a assistência social da seguridade social.

DIREITO CONSTITUCIONAL PÚBLICO, DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E DIREITOS HUMANOS

- 37 - Um Consulado de país estrangeiro, sediado no Rio de Janeiro, recebeu a cobrança da Prefeitura para o pagamento do IPTU e taxa de iluminação de seu imóvel-sede. À luz da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes dê seu parecer sobre o caso. Comente também se os tribunais superiores têm decidido uniformemente essa questão.
- 38 - O Brasil ratificou e promulgou a Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro de Crianças, pela qual em face da retenção ilícita de uma criança por um dos pais, o outro pode pedir o seu retorno. Qual o juiz competente para a ação de devolução? Justifique sua resposta.

39 - Brasil ratificou e promulgou a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José. Determina no seu artigo 8º, 2, h, o duplo grau de jurisdição, como o direito de toda pessoa acusada de delito, de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior. Como se coaduna o presente dispositivo com os casos em que a própria Constituição regulou que um determinado caso fosse julgado exclusivamente por tribunal, sem previsão de recurso?

40 - Um brasileiro e uma americana casaram-se em Nova York, em 1995. Em 2004, o casamento se desfez e o brasileiro voltou para o Brasil. A esposa ajuizou uma ação de divórcio e a citação do marido foi realizada pelo correio. Em 2005, de posse da sentença de divórcio proferida em NY, na qual o marido foi revel, a ex-esposa ajuizou um pedido de homologação no STJ. Analise os requisitos de homologabilidade do caso em questão.

41 - Carta rogatória proveniente da Argentina para busca e apreensão de bens no Brasil, recebida pelo STJ. A parte brasileira interessada alega que se trata de carta rogatória executória, contrária ao direito brasileiro. Opine justificadamente se procedem as alegações da parte brasileira.

42 - Empresa pública federal celebra contrato com empresa brasileira contendo cláusula compromissória. A empresa privada descumpre o acordado e a empresa pública ajuíza ação judicial. A empresa privada requer a extinção do processo sem julgamento do mérito face à existência de convenção de arbitragem. Analise a questão, à luz da legislação, jurisprudência e doutrina.

43 - Mulher brasileira, nascida no Brasil, adquiriu a nacionalidade portuguesa automaticamente por casamento com nacional português no Rio de Janeiro e tem filhos aqui nascidos. Responda justificada e separadamente:

- a) Ela pode ter declarada a perda da nacionalidade brasileira em virtude da aquisição da nacionalidade portuguesa?
- b) Ela é passível de expulsão do território nacional por prática de atividades nocivas ao interesse nacional?

DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL

44 - Distinguir boa-fé objetiva de boa-fé subjetiva. Justifique a resposta.

45 - Se a obrigação de pagar o aluguel pelo tempo que faltar constituir indenização excessiva, pode o juiz fixá-la em bases razoáveis? Justifique a resposta.

46 - Com o advento do Código Civil de 2002 houve uma aproximação principiológica entre esse Código e o Código de Defesa do Consumidor. Quais são esses princípios contratuais sociais? Justifique a resposta.

47 - A vedação do aval parcial prevista no artigo 897 do Código Civil, parágrafo único, do Código Civil, aplica-se aos títulos cambiariformes? Justifique a resposta. (art. 897. O pagamento de um título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval. Parágrafo único. É vedado o aval parcial.)

48 - Quais os bens imateriais protegidos pelo Direito da Propriedade Industrial? Justifique sua resposta.

49 - Qual a finalidade da ação revocatória falimentar? Justifique a resposta.

50 - O crédito tributário está sujeito à recuperação judicial? Justifique a resposta.

Segunda prova escrita para Juiz Federal Substituto na Segunda Região

XI CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NA SEGUNDA REGIÃO

PRIMEIRA QUESTÃO

INSS ajuíza execução fiscal aparelhada, em agosto de 2007, em face da sociedade “XY” Ltda, na sua filial, e do sócio Xisto, distribuída a 99 Vara Federal de Execução Fiscal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para cobrança de valores registrados, e não recolhidos de contribuições sociais dos empregados, sobre a folha de salários, acrescidos dos consectários legais, inclusive penalidades respectivas, apuradas em decorrência de atividade fiscalizatória, referentes aos meses de janeiro a julho de 2002.

Citados os executados, opuseram embargos do devedor, após garantido o juízo, mediante o oferecimento de precatórios da União, argüindo as seguintes questões:

- a.) que o exeqüente não poderia ajuizar a respectiva cobrança, pois os pretensos valores devidos, foram apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, inclusive com violação ao sigilo da escrituração empresarial, o que só se admite, por parte das autoridades, no exercício da fiscalização de imposto;
- b.) que a demanda deveria tramitar perante às Varas Federais de São João de Meriti, com jurisdição sobre o Município, aonde sediada a executada;
- c.) que requeriam a citação dos demais sócios Mévio e Tício para comporem o pólo passivo, dada a solidariedade legal;
- d.) que não foram notificados previamente dos valores exigidos, após a fiscalização, além de já ter sido ultrapassado o prazo para tanto;
- e.) que já vencido, outrossim o prazo para cobrança dos mesmos;
- f.) que os valores reclamados, se fundavam em legislação inconstitucional, por vulnerarem a exigência de lei

complementar, o princípio da livre iniciativa, bem como o princípio da isonomia, ao estabelecer alíquota específica, para todas as sociedades.

Opôs a executada, também, exceção de incompetência, sob a alegação de que já havia ajuizado, preteritamente, ação cautelar de oferecimento de caução, para efeitos de obtenção de certidão tributária positiva, com efeito de negativa para fins de participação em licitações perante a 88 Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, tendo sido deferida liminar, pelo que deveria ser o feito declinado para aquele juízo, além do que a medida judicial referida, impediria o trânsito desta demanda.

Impugnando os embargos, bem como a exceção o exequente refutou os argumentos, acoimando-os de protelatórios, asseverando a impossibilidade de se garantir o juízo por meio de precatórios.

Posteriormente, o juízo federal da 99 Vara, foi oficiado pela Vara Empresarial da Comarca da Capital do RJ, de que havia sido decretada a falência da executada, tendo sido nomeado como administrador judicial o INSS; interpôs, então a executada petitório no sentido da extinção da execução, ou da remessa do feito à aquela Vara, ou, ao menos, a suspensão do trâmite deste feito executivo, com o que não concordou o exequente.

Profira sentença, na qualidade do juízo competente, apreciando todas as questões, inclusive de mérito, com indicações de eventuais dispositivos normativos, tendo os fatos articulados como devidamente comprovados.

SEGUNDA QUESTÃO

Comente as decisões abaixo, apontando os princípios de direito internacional que as fundamentam, as tendências da jurisprudência e doutrina, bem como as regras de competência interna a respeito da matéria:

- a.) STJ, RO 1 – SP: Inexiste imunidade de jurisdição para o Estado estrangeiro em causa de natureza trabalhista. Precedentes do STF e do STJ.
- b.) STF Aço 575 – DF: Imunidade de Jurisdição. Litígio entre Estado Estrangeiro e (...).Ação Civil de Reparação Patrimonial (acidente que envolve veículo diplomático).(…).Evolução do tema na doutrina, na legislação comparada e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (...) Precedentes do STJ (RTJ 133/159 e RTJ 161/643-644).

TERCEIRA QUESTÃO

Tiago Santos ajuizou ação de conhecimento em face da CEF pedindo a condenação da ré ao ressarcimento do valor debitado em sua conta-corrente, correspondente a prêmio de seguro residencial, mediante o argumento de que não contratou tal seguro. Segundo o autor, com fulcro no Código de Defesa do Consumidor, deve-se inverter o *onus probandi*, cabendo à ré provar que o correntista concordou em celebrar o contrato de seguro residencial. Além disso, o autor invoca a impossibilidade de produzir prova negativa, para justificar o pedido de atribuição à ré do ônus de provar a sua manifestação de vontade.

Em sua defesa, a ré alega que o Código de Defesa do Consumidor não se aplica às instituições financeiras, pois há dispositivo constitucional dispondo que o sistema financeiro nacional deverá ser regido por Lei Complementar, não se justificando, em consequência, a inversão do ônus da prova com base na referida lei ordinária.

Decida a questão, indicando os dispositivos legais aplicáveis.

TERCEIRA PROVA ESCRITA PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

PENAL E PROCESSUAL PENAL

1ª Questão (valor: 6 pontos). ADOLF, BENITO, VITORIA e SADAN, foram denunciados pelo Ministério Público Federal, perante a Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por sonegação fiscal e falsidade documental.

ADOLF, é sócio-gerente executivo e financeiro; BENITO, é sócio responsável pela produção; VITORIA é sócia quotista da empresa “ESCONDENDO SE AVANÇA”, sediada no Rio de Janeiro, e SADAN é o contador externo da mesma empresa, e nestas qualidades, seriam responsáveis pela sonegação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, nos seguintes períodos: ano-base 2002/exercício fiscal 2003; ano-base 2003/exercício fiscal 2004 e ano-base 2004/exercício fiscal 2005.

A Receita Federal, em fiscalização de rotina na sede da empresa, descobriu que para reduzir a base de cálculo do referido tributo, foram inseridas na contabilidade várias notas fiscais emitidas por duas empresas com sede na cidade de Campos dos Goytacazes, de nomes: “PAPÉIS GELADOS” e “EMBROMANDO O LEÃO”, que seriam, em tese, fornecedoras de itens para produção, contabilizados como despesas/custos. Entretanto, os números das notas fiscais eram seqüenciais e os CNPJ’s apresentaram incompatibilidade com os registros da Receita. Os montantes lavrados nos autos de infração, sem computar juros e multa, atingiram, respectivamente em cada exercício, os seguintes valores: R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais); R\$ 331.000,00 (trezentos e trinta e um mil reais) e R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

O Ministério Público Federal que tomou conhecimento do fato em razão de um outro processo cível onde ele foi aventado, oficiou à Receita e requisitou cópias dos autos de infração, se valendo das atribuições legais disciplinadas na sua Lei Orgânica e na Constituição da República.

Recebidas as peças, o MPF requisitou a instauração de Inquérito Policial, no curso do qual foi efetuada diligência nos endereços das empresas emissoras das notas, mas lá chegando, os agentes constataram que se tratava de terrenos baldios.

A denúncia foi recebida em 10 de março de 2007.

Nos interrogatórios judiciais, os sócios da empresa alegaram que não sabiam que as notas eram falsas. ADOLF aduziu que BENITO não gerenciava a empresa, mas só cuidava da produção, cabendo a ele, ADOLF, a gerência executiva e financeira da empresa, cuja contabilidade era feita pelo contador contratado, SADAN. Sobre VITORIA, todos alegaram que ela apenas emprestava o nome para composição da sociedade, mas sequer ia à empresa. SADAN se reservou o direito de ficar em silêncio.

Os fiscais, arrolados como testemunhas de acusação (fls. 130/135), prestaram depoimentos e confirmaram os autos de infração; a incongruência das notas fiscais e a inexistência das empresas emissoras naqueles endereços de Campos e confirmaram que os livros e documentos fiscais da empresa “ESCONDENDO SE AVANÇA” eram subscritos por ADOLF e SADAN.

As testemunhas de defesa (fls. 140/145), empregados da empresa, confirmaram que BENITO apenas cuidava da produção e que VITORIA não participava do dia a dia da empresa.

Apurou-se, ainda, no curso da instrução, que ADOLF possuía uma anotação em sua Folha de Antecedentes Criminais (FAC), de uma condenação com trânsito em julgado e com *sursis* já cumprido em setembro de 1982, em razão da prática de crime de lesão corporal culposa no trânsito, ocorrida em 1979.

Quanto a SADAN, a FAC registrou: uma anotação de inquérito arquivado em 2001, por infração ao art. 171, § 3º do CP; uma anotação de inquérito, em andamento, por infração ao art. 298 do CP e duas condenações de 2003, ainda não transitadas em julgado, por infração ao art. 1º da Lei n. 8.137/90.

BENITO e VITORIA não possuíam anotações.

Em diligências, foi oficiado à Receita Federal, a qual informou que o contribuinte jamais aderiu aos Programas de Recuperação Fiscal (REFIS e PAES), para pagamento parcelado do débito, e que os autos de infração foram confirmados definitivamente em dezembro de 2006.

Em alegações finais, o MPF pleiteia a condenação de todos acusados nas penas dos artigos indicados na denúncia, correspondentes aos crimes de sonegação fiscal e falso.

Em alegações finais, as defesas dos acusados pugnam o reconhecimento das seguintes preliminares:

1) Incompetência do Juízo da Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, pois as empresas emissoras das notas apontadas como falsas, tinham sede em Campos dos Goytacazes, razão pela qual o processo deveria ter tramitado naquela cidade.

2) Nulidade do processo por vício de iniciativa, pois o MPF instaurou inquérito sem que houvesse representação fiscal para fins penais por parte da Receita.

3) Parcialidade e suspeição do Procurador da República que apresentou as alegações finais, pois foi o mesmo que controlou externamente a atividade policial no inquérito e ofereceu denúncia.

4) Ausência de perícia nas notas fiscais, para verificar se elas foram preenchidas pelos acusados.

5) Cerceamento de defesa por não ter sido dada oportunidade aos acusados de apresentarem a resposta preliminar de que trata o art. 514 do CPP.

6) Nulidade da sentença, pois só se poderia cogitar de crime de sonegação fiscal após o esgotamento da via administrativa.

No mérito, pugnam a absolvição de todos os acusados. A uma, que nem todos contribuíram efetivamente para os fatos. A duas, por falta de dolo e, a três, por ausência de provas de que foram os autores do falso e da inserção das notas na contabilidade.

Finalmente, os autos são conclusos a você, juiz federal da Vara Criminal do Rio de Janeiro, que **deverá proferir sentença**, mencionando os artigos de lei relativos às questões jurídicas enfrentadas.

2ª Questão (valor: 2 pontos). Responda justificadamente: A *mutatio libelli* de que trata o art. 384 do CPP, empreendida pelo juiz, viola o princípio acusatório?

3ª Questão (valor: 2 pontos) Ministério Público Federal, ajuíza ação civil pública em face do DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes) objetivando a suspensão de continuidade das obras de determinado acesso viário, sob o fundamento de ausência de prévia realização do EIA-RIMA específicos, segundo a legislação correlata, sendo a liminar diferida para apreciação, com a vinda da resposta, sendo nesta argüida que a pavimentação está praticamente concluída, além do que já houve, efetivo dispêndio de valores vultosos, devendo ser inacolhida a medida *initio litis*.

Na qualidade de magistrado decida, de forma fundamentada, indicando eventualmente, os postulados, princípios, e regras aplicáveis ao deslinde da hipótese enfocada, dando os fatos como comprovados.